

-----**ACTA N.º 212**-----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e onze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. - Período de antes da ordem do dia -----

1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

1.2 - Correspondência: -----

1.2.1 – Vouga Sport Clube -----

1.2.2 – Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga -----

1.2.3 – Voto de Pesar -----

1.3 – Intervenções; -----

2. - Período da ordem do dia -----

2.1 – 3ª Revisão Orçamental de 2011; -----

2.2 – Empréstimo - Pedido de Autorização; -----

2.3 – Outros assuntos. -----

3. - Período destinado ao público -----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum. -----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

1) Albino Tavares de Pinho -----

2) Alexandre Fernandes Tavares -----

3) Alexandre Paulo Tavares Machado -----

4) Álvaro de Pinho Duarte -----

5) Ana Raquel Machado e Costa -----

6) António da Silva Portela -----

7) Belmiro Manuel Marques -----

8) Carlos Alexandre Arede da Silva -----

9) Cipriano de Arede Nogueira -----

10) Claudino da Fonseca Soares -----

11) David Dias Cabral -----

12) David da Silva Alves -----

13) Fernando da Silva Oliveira -----

14) Harolde Soares da Silva Balaías -----

15) Isabel Maria Soares dos Santos -----

16) Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----

17) José Carlos Ribeiro de Sousa -----

18) José Luís da Silva e Almeida -----

19) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----

20) Júlio Martins Fernandes -----

21) Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----

22) Marco Nuno Tavares Rocha -----

23) Mário Coutinho Martins -----

24) Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----

25) Rui Manuel de Jesus Nunes -----

26) Rui Manuel Pires da Silva -----

27) Sandra Henriques da Silva -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Renata Liliana da Costa Marques, ao

abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Faltou à sessão Ercília Maria Marques Pedro, João Pereira Henriques e Renata Liliana da Costa Marques, cujas faltas foram justificadas, porque estes membros remeteram a respectiva justificação por escrito. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, Acácio Rodrigues Barbosa, João Miguel Tavares de Almeida e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 211, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura. -----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão. -----

-----1 - **Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- **1.1 – Informação escrita do Presidente da Câmara:** O presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se desejavam tecer algumas considerações ou apresentar pedidos de esclarecimento sobre a informação escrita do presidente da câmara.

----- Foi registada a intervenção de **Álvaro de Pinho Duarte**, tendo começado a dizer que, sobre a comunicação do senhor presidente da Câmara, notava que tinha sido retirada a informação sobre obras públicas. Isso para dizer que pretendia saber como estavam as obras, que iriam ser iniciadas brevemente, como fora transmitido na informação da última sessão, tais como, a Pista Ciclável da Estação de Paradela, a beneficiação da estrada de Santo Adrião e as obras em projecto da estrada de Silva Escura ao Alto da Serra e da rectificação do lugar do Azeite à Teca. -----

O presidente da câmara municipal respondeu que, a Pista Ciclável faz parte de uma intenção de candidatura apresentada ao programa PROVER que foi aprovada e, neste momento, estamos à espera da abertura das candidaturas para a formalizar no programa operacional. Apesar da apresentação da candidatura ainda não tinham recebido a decisão do Mais Centro. A empreitada não poderá avançar enquanto não for celebrado o contrato com o Mais Centro, para haver o financiamento necessário à realização da obra. -----

Os dois projectos - estrada do Campo e do Alto da Serra – só poderão avançar quando houver a possibilidade de se fazer a cabimentação para abirmos o procedimento. -----

Quanto à estrada de Santo Adrião, trata-se de um procedimento aberto, que não é enquadrável em nenhum programa operacional ou regional e, portanto, temos de aguardar haja os recursos financeiros para cabimentar. -----

Por último, aproveitou para informar que a AGIM elaborou uma candidatura que foi aprovada, destinada ao financiamento do projecto “Sever do Vouga – Capital do Mirtilo”, com as seguintes vertentes: uma delas é financiar a Feira do Mirtilo de 2012; o financiamento do “cluster dos pequenos frutos” e o apoio na organização de missões internacionais para melhorarmos os nossos conhecimentos nesta área. -----

----- Depois deste pedido de informação e esclarecimento prestado, passou-se à apresentação da correspondência recebida, para conhecimento da Assembleia Municipal. --

----- **1.2 - Correspondência:** -----

----- **1.2.1 – Vouga Sport Clube:** Através do Presidente da Assembleia Municipal foi dado conhecimento do ofício remetido pelo Vouga Sport Clube, datado de 22 de Junho último, a abordar aspectos relacionados com a sustentabilidade das provas de “ralicross e crosscar” organizadas, anualmente, por aquela colectividade. -----

----- **1.2.2 – Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga:** Através do documento remetido ao Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o convite enviado pela Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, formalizado a todos os membros da

Assembleia Municipal, com vista à participação na caminhada agendada para o próximo dia dois de Julho, organizada por aquela entidade e tendo como percurso a “Rota das Laranjeiras”.

----- Seguidamente, aproveitando o momento antes das inscrições para intervir no período de antes da ordem do dia o presidente da Assembleia Municipal apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Helena Pereira Cabral, filha do membro deste órgão Dr. David Dias Cabral, o qual foi aprovado por todos os membros presentes.

----- Depois deste gesto de consolação, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, tendo o presidente da Assembleia Municipal perguntado quais os membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia.

----- **1.3 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir **Carlos Alexandre Arede da Silva**, tendo começado por referir que, na sequência da intervenção de um deputado na última Assembleia Municipal, em que não estivera presente, e depois de lido um artigo publicado no Diário de Aveiro, onde só então tinha percebido tratar-se da Junta de Freguesia de Cedrim, entendeu ser seu dever, até porque, como dissera, não estivera presente na sessão anterior, usar da palavra para não só defender a posição da Junta de Freguesia, como também prestar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, não houve qualquer má gestão nem emissão de cheques “carecas” como foi dito, uma vez que aquilo que se fez foi negociar com o banco o pagamento imediato de despesas contraídas, muitas delas anteriormente ao início de funções deste executivo, ou seja, referentes ao mandato anterior e cujos pagamentos eram sistematicamente solicitados pelos credores. É óbvio que este “aval bancário” acarretou algumas despesas, as denominadas comissões bancárias, funcionando algo parecido com uma conta caucionada mas nunca configurando uma situação ilegal, porque foi negociada com o banco, com conhecimento do mesmo e tendo recebido autorização para esse efeito. Disse, não gostar de falar sobre pessoas que não estivessem presentes e que assim não tinham oportunidade para se defender, mas teria que informar que as questões sobre este assunto foram levantadas numa Assembleia de Freguesia por um senhor que foi, até há pouco tempo, o Presidente da Junta, sendo do seu conhecimento que existiam despesas por pagar, com a agravante de existirem, inclusive, vários cheques em trânsito, sem provimento. Nesses casos, esses sim, seriam cheques “carecas”. Lamentou que esta situação tivesse chegado da forma como chegou aos órgãos de comunicação social e, mais ainda, a partir da informação prestada por alguém que nessa altura já não se encontrava em Portugal. Mas, aquilo que se fez foi resolver problemas imediatos de tesouraria a partir de uma negociação legal e legítima com o banco que permitisse saldar parte dessas contas, uma vez que até estávamos a ser ameaçados por fornecedores de recurso ao Tribunal para pagamento dessas dívidas. Finalmente, pretendeu informar esta Assembleia que, o pagamento de cerca de 4.000,00€ a uma empresa de publicidade nada tem a ver com o pagamento negociado com o banco e diz respeito a despesas de organização da Festa das Eiras de 2010 na sua globalidade (stands, palco, som, luzes, etc.) e não como se diz de publicidade.

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao membro **Álvaro de Pinho Duarte** que começou por sublinhar, com enorme satisfação, os resultados obtidos pelo PSD nas últimas eleições legislativas, do passado dia 5 de Junho, e enaltecer a aderência em massa de uma maioria significativa dos Severenses às propostas apresentadas, e por tal facto, a votação registada pelo partido com mais de 60% dos votos registados em urna.

----- Então, e agora, o que esperamos do Governo saído da coligação PSD/CDS-PP, tão bem conduzido pelo Dr. Pedro Passos Coelho?

- Que não faça os malabarismos nas contas e orçamentos, que o governo anterior era sábio em fazer e a que nos habituou;

- Que respeite quem trabalha e que premeie o estudo, o esforço, o trabalho e o mérito de cada um;

- Que não dificulte a maternidade, proteja a família, principalmente os mais idosos, os mais jovens e não instigue a que se façam milhares de abortos, com o dinheiro dos nossos impostos; -----
 - Que perceba mais sobre a diferença entre educação e instrução, reconhecendo que a primeira cabe aos Pais e a segunda é ministrada nas escolas, por professores bem preparados e respeitados nas suas competências; -----
 - Que não imponha um programa de educação sexual nas escolas, sobretudo nos moldes actuais, a alunos que não sabem português, física, história, matemática, etc; -----
 - Que com rasgo e ousadia, implemente uma disciplina de educação cívica e moral para todos os alunos, e nalguns casos, aberta aos seus encarregados de educação; -----
 - Que saiba distinguir casamentos e uniões do mesmo sexo, sem a confusão e a promiscuidade que se verifica actualmente; -----
 - Que tenha a dignidade, formação humana e humildade, para reconhecer que é eleito para trabalhar na causa pública e para defender os direitos de todos os cidadãos; -----
 - Que apresente um programa de combate à corrupção, essa grande praga que tanto tem obstruído o desenvolvimento do nosso País; -----
 - Que promova um crescimento sustentado da economia, com incentivos à produção nacional, e também ao consumo dos produtos nacionais, com vista ao aumento da empregabilidade e a consequente diminuição do desemprego; -----
 - Que faça e implemente um programa sério para a colocação de jovens licenciados em empresas públicas e privadas promovendo assim a sua integração na vida empresarial; -----
- Finalizando, esta matéria, que saiba dizer algo mais, do que dizer mal dos outros, que tenha um programa decente, exequível, pertinente e adequado a um povo simples, honesto e trabalhador, outrora muito desiludido, mas agora sonhador e com muita esperança no futuro dos seus filhos. -----

A ser assim, o povo Português saberá no futuro, como conseguiu agora, distinguir o trabalho da malandrice, a razão das ilusões, e a seriedade e honestidade das aldrabices e devaneios de quem nos tem desgovernado. -----

Agora, passando então às questões, também importantes e sérias, que nos trazem aqui, disse: ao ler atentamente a comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara constata-se a sua extensão e os temas abordados, mas que ao analisar todos os pontos mencionados, chegamos à conclusão que, quanto a obras, é como diz o nosso povo “muita parra e pouca uva”. -----

Informa-se como actividade da Câmara Municipal a “Remodelação e arranjos exteriores do Centro Saúde”, a “construção da Unidade de Cuidados Intensivos (Lar residencial e Hospital de retaguarda)”, a “Reconstrução do troço da EM 569” e “pavimentação do caminho florestal do Ermidão”, a “Recuperação antiga estação de Paradela”, a “Praia Fluvial da Quinta do Barco”, “Abastecimento de água e Saneamento”, e outros projectos. Como todos sabemos não são obras da Câmara, mas que tendo o seu “cunho”, são naturalmente de outras entidades, e que deverão, isso sim, ser acompanhadas pelos serviços da autarquia. -----

Informa-se, então, que estão a decorrer algumas obras, mas apenas aquelas de “encher o olho”. Obras de betão e alcatrão. Interrogamo-nos, mais uma vez, sobre o que se fez a nível de saneamento básico no concelho, em mais de duas décadas? Como estamos com o saneamento e a ETAR da vila? Sobre a ETAR de Talhadas, sabemos que a ADRA está a ultimar o procedimento para abertura do concurso da obra, o que já não era sem tempo. Já em 18 de Dezembro de 2009 dizia, na sua intervenção, nesta assembleia: “ Proponho ao executivo que tenha um tratamento de excepção e faço um desafio para que no final deste mandato o concelho tenha uma taxa de execução de 100% no abastecimento de água doméstica e de 80% no saneamento básico”. Passado mais de um ano e meio, interrogamo-nos quanto aos progressos? Optou-se por fazer o mais fácil: “Chutar” para a ADRA; -----

Nos mandatos anteriores, defendia-se com os alemães da GKE que iriam resolver o problema da água e do saneamento, agora é com a ADRA. Vamos esperar que sim. Sabemos que já começaram os investimentos da ADRA no nosso concelho, nomeadamente

no abastecimento de água, mas quais são os seus investimentos previstos a nível do saneamento básico? -----

Perguntou mais uma vez qual a situação das freguesias que tem abastecimento de água próprio, mais precisamente as da margem esquerda do rio Vouga? Como vão ser ressarcidas dos investimentos que fizeram e outras não o fizeram, nomeadamente nas instalações e nas nascentes? -----

Como é possível uma empresa adquirir, hoje, uma outra empresa a custo zero e, no dia seguinte, começar a facturar? -----

Resta esperar que as obras de abastecimento de água, e, principalmente, as do saneamento básico, avancem o mais urgente possível; -----

Fala-nos em mobilidade e acessibilidades? Como é que está a situação da Rotunda da “A. Silva Matos”, do acesso à A25, e das obras no centro da vila? Alguma evolução e alguma previsão para o início das obras? -----

Questionou novamente sobre o que se fez na “Variante de Paradela” para obrigar a circulação a cumprir os limites de velocidade estipulados. Chamou a atenção para os acidentes ocorridos, alguns mortais, esperando que não aconteçam mais acidentes; -----

O acesso aquelas casas no Cabeço do Campo, em Paradela, onde não vai uma ambulância ou um carro de combate a incêndios, porque se encontra na mesma situação. Não será uma obra a efectuar o mais urgente possível? -----

Sobre os “50 caminhos” foram informados que ainda faltam 14 caminhos. Como é possível, pois estas obras foram lançadas e iniciadas antes das últimas eleições autárquicas. Será que serão concluídos ainda este ano? -----

Manifestamos a nossa congratulação pelas iniciativas do executivo no sentido de promover o turismo neste concelho. Mas essas iniciativas deveriam ser acompanhadas de obras, já solicitadas, que permitam um desenvolvimento sustentado, nomeadamente: -----

- A colocação de mais sinaléticas nos locais de entrada do concelho; -----
- A requalificação das margens do rio Vouga, dos seus afluentes e a melhoria das praias fluviais e cascatas; -----
- A limpeza da ponte do Poço de Santiago, junto aos pilares com bastante arvoredos e mato, obstruindo a sua iluminação e a sua beleza arquitectónica; -----
- A recuperação de moinhos, como por exemplo os do Ribeiro de Penouços e a beneficiação e sinalização de mais circuitos pedonais e construção de vias cicláveis; -----
- A limpeza de valetas e miradouros como, por exemplo, o da ponte de Santiago, o da Feira Nova e outros mais; -----

Sobre a Festa da Lampreia solicitamos que nos informe qual o orçamento deste ano, e qual foi o critério para os convidados para a inauguração. Somos apologistas que esta Assembleia analise e discuta, em tempo oportuno, do interesse e da continuidade desta iniciativa. -----

Quanto à FICAVOUGA, regista-se a alteração do local e verificado o programa divulgado na comunicação do presidente da câmara constata-se a não participação das bandas filarmónicas, dos ranchos folclóricos e de outros grupos do nosso concelho. Entendemos que era de maior importância a sua inclusão no programa, pelo que solicitamos nos fosse dada a explicação desta estratégia. -----

Informamos ainda que não concordamos com o pagamento de entradas em todos os dias e horas, mas sim, apenas, o pagamento de entradas aquando da realização de alguns espectáculos. -----

Outros assuntos que questionamos e gostaríamos de ser esclarecidos: -----

Central de Camionagem - Verifica-se que a entrada dos alunos da escola continua a ser feito junto ao pavilhão, pelo que solicitamos informação da solução, que conforme o prometido, estaria para breve; -----

Mercado municipal - Para quando este investimento? Será que depois das obras a realizar no Jardim do Lago, lá vai continuar a feira ao sábado, sem quaisquer condições? E, para quando, a regularização dos vendedores de fruta na Ponte de Pessegueiro com a colocação de barracas em madeira na parte sobranceira por cima do abrigo dos passageiros. -----

Canil – A existência dos mesmos cães junto ao canil em Paradela; -----
Resíduos Sólidos - Os caixotes do lixo, alguns sem tampas ou com as tampas abertas, mal acondicionados e por lavar, principalmente os mais velhos que deitam um cheiro nauseabundo; -----
Vougapark e nova escola - Qual a informação que pode ser disponibilizada sobre a obra e, já agora, para quando uma visita desta assembleia ao empreendimento? -----
Perguntou também se a Câmara Municipal ou a empresa têm algum estudo e estimativa para a manutenção do complexo após a sua conclusão e entrada em funcionamento? -----
Sugeríamos também, e mais uma vez, que fosse proporcionada, aos deputados desta Assembleia, uma outra visita a esse complexo e também à Barragem de Ribeiradio e ao novo edifício do agrupamento de escolas. -----
Sobre a empreitada da nova escola entendiam que com os 16 milhões de euros que estão a ser aplicados nessa obra, dava e sobrava para fazer uma escola mais ajustada à realidade e às necessidades do concelho, incluindo centros escolares em todas as freguesias, não sendo necessário contrair qualquer empréstimo, como o que está a ser feito, agora, para o Centro Escolar de Rocas. -----
Informação financeira - Quanto à informação financeira, em dívidas de curto prazo, preocupa-nos a dívida à ACASA e ADSE no valor de 684.419,78 €, que não para de aumentar, pois regista-se um crescimento de 15.000€, nos últimos três meses. -----
Regista-se também que mais uma vez se regista no balancete do 1º trimestre de 2011, um saldo negativo de 122.912,59 €, aliás o que se tem verificado, umas vezes mais, outras vezes menos, em todos os balancetes anteriores. Entendemos que está na altura, de acompanhando o esforço do governo, se inverta esta situação com a apresentação de saldos positivos, com a redução da despesa, a racionalização dos meios e a aplicação criteriosa dos recursos financeiros. -----
Instalações - Por último agradecia-se que o executivo estudasse a possibilidade de serem dadas, a todos os membros desta Assembleia Municipal, melhores condições de trabalho do que as que existem actualmente, nomeadamente para a utilização de computadores portáteis, não sendo assim necessário a impressão dos documentos enviados aos elementos deste órgão deliberativo. -----
Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir serem muitas questões “*de uma assentada só*”. Preferia, se fosse possível, dividir as questões em mais intervenções porque nem conseguiu acompanhar a intervenção e escrever todas as questões colocadas. Sugeriu que fossem facultadas as questões antes da intervenção para conseguir responder a todas. -----
Quanto à intervenção sobre políticas nacionais, disse não comentar. -----
Em relação ao demais, disse que através da sua comunicação escrita, poderiam ver que há muitos investimentos em realização. Havia obras na comunicação da Assembleia Municipal que são do município, como o POLIS (Regeneração Urbana), onde 40% do valor não é participado e está a cargo desta autarquia. -----
Sobre a barragem, tivemos de negociar terrenos para arranjos que não estavam previstos no empreendimento, como a estrada no alto da serra. -----
Em relação à AdRA, não vale a pena termos ilusões, porque é uma entidade inter-regional. Não podíamos ficar de fora, porque vão ser investidos vinte e dois milhões de euros de nas duas áreas – água e saneamento. Em breve será lançado o concurso do projecto de saneamento em Talhadas. Estamos a ver se aceleramos a negociação da transferência da concessão de Paradela. Estão na fase da adjudicação do saneamento em Dornelas e Silva Escura. -----
O programa do governo aponta para a privatização das águas e vai dar muita discussão. Contudo, temos a sorte de ter sido criada esta parceria pública/pública porque teremos esse problema resolvido. -----
Mudando de assunto, disse que não sabia onde tinha ido buscar o valor de seiscentos e tal mil euros de dívidas à ADSE e ACASA. Mas, depois pediria ao Director de Departamento para esclarecer isso, porque neste momento nem há a ACASA. Os cento e vinte e um mil

euros de saldo negativo de que falou, afirmando que devíamos apresentar saldos positivos, só poderia acontecer se nos permitirem que as taxas dupliquem, que cobremos receitas muito superiores àquelas que temos, se nos pagassem os fundos comunitários, as transferências, atempadamente, e nos arranjassem formas de termos receitas. A autarquia não pode ser gerida como uma empresa e com o objectivo do lucro. Então, para alcançar esses objectivos, teríamos de acabar com os subsídios. Em termos de solvabilidade financeira, nós estamos nos trinta e cinco melhores municípios do país e isso é motivo de orgulho porque, por muito que se diga, essa é a realidade. -----

Foi referido que não há investimento. Mas, através da AdRA, estão a ser preparados os meios necessários para a obtenção dos vinte e dois milhões de euros como compromisso de garantir a sustentabilidade para as gerações futuras, dos quatrocentos e cinquenta milhões de euros de investimentos previstos realizar no prazo da concessão. -----

Sobre a nova escola , apenas poderia transmitir a sua opinião pessoal, que era de considerar muito bem porque as crianças deste concelho merecem tanto como as dos outros concelhos do país e porque os alunos deste concelho são tão bons ou melhores do que os de Aveiro, Lisboa, Oeiras, Cascais e porque não devemos concordar com a teoria de que na província nos contentamos com os projectos mais simples. Mas, considerou que temos de ser iguais. Porque é que custa tanto? Também se questionou, mas foi ver o projecto e, em termos de oferta para os miúdos, melhora muito. -----

Com aquela obra há um conjunto de despesas que a autarquia vai deixar de ter, relacionadas com a manutenção e funcionamento do pavilhão polidesportivo, cuja propriedade vai ser transferida para a Parque Escolar, depois de salvaguardada a utilização por parte dos grupos que o utilizam há muitos anos. -----

Sobre a Central de Camionagem, enquanto estiverem a decorrer as obras na escola há que haver um pouco de paciência, porque é difícil aproveitar a oferta daquele equipamento, nas condições desejadas, enquanto perdurarem as obras na escola. -----

Quanto ao sistema de abastecimento das três freguesias, disse o seguinte, se as Juntas de Freguesia conseguirem que lhes paguem alguma coisa pelo investimento realizado, seria óptimo, mas a AdRA não vai pagar. Apenas poderá vir a suportar quinze cêntimos por cada litro de água captada das nascentes como acontece com o município. -----

Sobre os cinquenta caminhos, disse que, em função do endividamento líquido da autarquia, se for preciso dizer ao empreiteiro para parar, terá de ser tomada essa decisão, porque não podemos violar essa norma e deixarmos de receber os fundos comunitários e a participação nas receitas da administração central. Mudaram-se os paradigmas e temos que tomar, se calhar, muitas decisões pouco populares que não gostaríamos. -----

Quanto à A25 e beneficiação da EN328 (variante à vila) disse que, se calhar, da vossa bancada, alguém desta vez poderá ajudar em alguma reunião para ver se conseguimos as beneficiações pretendidas. Isso porque já fora desencadeado e realizado várias diligências junto das entidades adequadas sem os resultados pretendidos. -----

Passando para a Festa da Lampreia, disse que a mesma não foi organizada pela Câmara Municipal. Mas, pela Confraria Gastronómica deste concelho. O município apenas contribuiu com a publicidade do evento e os convites foram feitos pela Confraria Gastronómica. -----

Sobre o mercado municipal, disse que vários vendedores ambulantes aceitaram a utilização das lojas do parque urbano, para se instalarem e venderem os seus produtos. -----

Sobre a sugestão das barracas para venda de fruta e outros produtos, em Pessegueiro, disse que não poderiam ser instaladas naquela zona, devido ao facto de ocuparem um espaço junto a um cruzamento e não haver espaço para estacionamento e porque iriam condicionar o trânsito naquela zona. -----

Por último, solicitou ao Director de Departamento que prestasse esclarecimentos sobre a questão colocada sobre a dívida indicada na informação financeira. -----

Aquele informou que o valor indicado dizia respeito a receitas não orçamentais, tais como, impostos cobrados para entrega ao estado, descontos realizados nas remunerações dos trabalhadores, para entrega a várias entidades, retenções feitas nos pagamentos aos

empregueiros, para reforço de garantias, e, outras receitas consignadas, vulgarmente denominados como “outros créditos de terceiros” e que da informação, se depreende erradamente, como sendo, unicamente, para a ADSE e ACASA. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro Rui Manuel Pires da Silva que começou por elogiar o executivo, nomeadamente quanto à informação transmitida sobre a FICAVOUGA e o arranjo efectuado na “Praia Fluvial da Quinta do Barco”, onde foi instalada uma piscina flutuante e promete mais pessoas para aquele espaço. No entanto, há o problema da circulação dentro do espaço da quinta, provocado pela grande quantidade de viaturas que estacionam ao longo dos acessos e condicionam a passagem de uma ambulância, caso possa ocorrer algum acidente na praia. -----

Sobre a FICAVOUGA perguntou qual vai ser o critério para a fixação dos preços das entradas, sabendo que iriam criar pacotes familiares mais baratos, o que era bom para atrair mais pessoas e não onerar muito as famílias numerosas. -----

Pretendeu saber como estava o estudo a decorrer sobre a zona envolvente da albufeira da barragem. -----

Em relação à AdRA, considerou que deveria ser contactada a empresa para a realização de palestras de esclarecimento das dúvidas que algumas pessoas têm apresentado. -----

Dado estar-se na época de verão, aproveitou para perguntar ao presidente da câmara municipal, na qualidade de responsável máximo da protecção civil do concelho, como se preparou o executivo para tentar resolver esse problema, nomeadamente através da melhoria dos acessos e até mesmo a hipótese de ser construído um heliporto nas zonas florestais mais densas e maiores. -----

Quanto às passeiras na vila, sugeriu que fosse feita uma pequena pintura, atendendo às actividades agendadas – Feira do Mirtilo e FICAVOUGA. -----

E, falando sobre a “Feira do Mirtilo”, voltou a elogiar o executivo por conseguir exteriorizar este concelho através desse certame. Isso porque é habitual fazer a ligação entre o mirtilo e o concelho, como podemos constatar quando falamos com pessoas de outras zonas do país, que relacionam Sever do Vouga com aquele fruto. -----

De igual modo, para finalizar, deu os parabéns pela organização da primeira “Feira Social”. -----

Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que o assunto relacionado com a AdRA é recorrente e considerava que as questões deveriam ser formalizadas nas sessões das assembleias ou reuniões das juntas de cada freguesia, porque considerava que não estava correcto questionar a Câmara Municipal sobre aspectos directamente relacionados com as posições dos órgãos colegiais das freguesias. -----

Posto isto, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que, em relação às questões colocadas sobre a AdRA, considerou que o melhor seria pedir uma sessão de esclarecimento, embora já tenham sido feitas em vários locais e muita gente não participou. Foram sessões com todos os autarcas dos municípios. Mas, nesse aspecto disse termos de mudar alguns paradigmas, designadamente o de suportar-se o custo dos serviços prestados, para não acontecer como a cobrança de portagens nas scuts. Se fossem colocadas desde o início da utilização das vias já ninguém reclamava. O mesmo poderá dizer-se quanto à cobrança do serviço de abastecimentos de água e saneamento. -----

Quanto ao heliporto, disse que os serviços de protecção civil da autarquia trabalhavam em conjunto com os bombeiros voluntários e há escassez de recursos, para haver mais caminhos florestais e pontos de água. Contudo, não se justificava a construção de um heliporto neste concelho, porque os meios aéreos demoram pouco a chegar quando autorizados e há instalações dessas em dois concelhos vizinhos, com perspectivas de não serem utilizados e em vias de serem encerrados. -----

Sobre a albufeira da barragem, disse que, na sequência do colóquio realizado em Couto de Esteves foi feito o pedido de ser realizado o “plano de ordenamento da albufeira”. Mas, o INAG respondeu que era impossível avançar com o procedimento, devido às restrições orçamentais. Com a mudança de governo, esperava poder ser feito, pelo que iriam fazer novas diligências a pedir que fosse decidida a abertura daquele procedimento. -----

Por último, sobre os bilhetes da FICAVOUGA, disse que as entradas seriam pagas apenas nos três dias com actuações e os preços seriam de aproximadamente dois euros e meio. ---- Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo. -----

Durante o intervalo ausentaram-se os membros Carlos Alexandre Arede da Silva e Isabel Maria Soares dos Santos, que não participaram na análise e votação de qualquer ponto da ordem de trabalhos. -----

Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “período da ordem do dia”. -----

2 - Ordem do Dia

2.1 – 3ª Revisão Orçamental de 2011 – Foi apreciada a proposta apresentada pela Câmara Municipal e prestados os esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 3ª Revisão Orçamental de 2011, que compreende a 3ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 350.000€ (trezentos e cinquenta mil euros); o Orçamento de Despesa com um reforço de 360.000€ (trezentos e sessenta mil euros) e anulação no montante de 10.000€ (dez mil euros); o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 212.000€ (duzentos e doze mil euros) e o Plano de Actividades com um acréscimo de 70.000€ (setenta mil euros). No PPI foram inscritos dois novos projectos: -----

2011-I/18 – “Construção de muros – Travessa da Póvoa do Meio – 1ª Fase”. -----

2011-I/19 – “Conservação da rede viária – Rua da Lavoura (Cedrim), Viela da Manguita (Sever), Ruela da Lomba da Gândara (Pessegueiro), Travessa da Quinta do Barco (Paradela), Souto Chão (Rocas), EN328-1 (Grosso – Rocas) e Caminho do Barroco (Cedrim). -----

Este documento foi aprovado, por unanimidade, com os votos a favor de todos os membros presentes, num total de vinte e cinco. -----

2.2 – Empréstimo - Pedido de Autorização – Seguidamente, foi apreciada a proposta apresentada pela Câmara Municipal para obter autorização para a contratação de um empréstimo no valor de 351.759,70 (trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos). Depois de prestados os esclarecimentos pelo Presidente da Câmara Municipal sobre o pedido de autorização de contratação deste novo empréstimo, perguntou o Presidente da Assembleia Municipal se havia algum membro que pretendesse intervir ou formular questões sobre a proposta colocada à apreciação. -----

Foi registada a intervenção do membro José Luís da Silva e Almeida que disse o seguinte: Na última sessão, do dia 29-04-2011, tinha referido algumas mudanças que pareciam estar para ser impostas à organização do poder local tal como o conhecemos. -----

Não passaram dois meses e essas mudanças irão ser uma realidade com que vamos ser confrontados nas próximas eleições autárquicas. -----

Ainda não sabemos o que se passará no nosso concelho mas temos de estar preparados para essa nova realidade. -----

O poder local é uma das mais valias da nossa democracia. Mas, não a pode por em causa.

Porventura, já ouvimos falar de concelhos deste país que pagam tardiamente aos seus fornecedores, e que estão confrontados com a impossibilidade de contrair novos empréstimos. Provavelmente isso aconteceu por não terem tido o cuidado de adequar a sua actividade às receitas que angariam. -----

Estas considerações têm dois objectivos: primeiro, deixar um alerta aos nossos decisores locais para manterem o controle das finanças concelhias; segundo, que um dos pontos da nossa “Ordem de Trabalhos” se relaciona com a autorização para a concessão de um empréstimo no âmbito dum programa que visa aumentar a execução de projectos financiados através do QREN - “Financiamento QREN-EQ”. -----

Registamos que este município, cumprindo todos os pressupostos legais, ainda tem uma capacidade de endividamento de quase 653.000,00 Euros. -----

Tinha lido uma notícia num órgão de imprensa que coloca esta entidade num bom lugar no conjunto nacional em termos de prazo médio de pagamentos. Ainda podemos melhorar, porque só assim evoluímos. -----

Nos tempos actuais é fácil ser demagogo, e ser contra qualquer pedido deste género, mas uma parte significativa dos portugueses não poderia viver nas condições habitacionais que vive se não tivesse recorrido a um empréstimo. -----

Há empréstimos, como os que referi, que são justificados. E as duas obras a que estes se destinam são uma mais valia para o concelho. -----

Este programa terá um prazo de pagamento máximo de 15 anos, e uma taxa de juro muito favorável, pelo que devemos aproveitar esta possibilidade criada pelo programa “Financiamento QREN-EQ”. -----

Terminou, desejando umas boas férias a todos, e que a Ficavouga, que felizmente não terminou, seja, uma vez mais, o ponto de encontro dos severenses, em especial dos nossos emigrantes e de todos os que visitem o nosso concelho nesses dias. -----

Por último, tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que este empréstimo só seria utilizado caso fosse necessário e tomando em consideração a evolução do endividamento líquido. -----

Não havendo mais qualquer membro inscrito para intervir, foi colocada a proposta à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. Assim, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais, foi dada autorização à Câmara Municipal para a contratação do empréstimo no valor de 351.759,70 (trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e nove euros e setenta cêntimos), ao abrigo do programa “Financiamento QREN-EQ”. -----

2.4 – Outros assuntos – Não foi apresentada qualquer proposta para ser apreciada. -----

----- 3 - Período destinado ao público -----

Não houve intervenção do público. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
